

Moreira Mariz



Relator da MP do Bem, Romero Jucá (D) negocia com senadores o texto final aprovado

Além de estimular investimentos produtivos para exportação, projeto acolhido pelos senadores permite renegociar dívidas dos municípios com a Previdência

Aprovada a MP do Bem

O Senado aprovou ontem um conjunto de medidas que inclui desde incentivos fiscais para investimentos produtivos destinados a exportações até a renegociação das dívidas dos municípios com a Previdência Social. Chamado de MP do Bem, esse pacote retorna à Câmara dos Deputados para nova votação. Por abranger diversos setores da economia,

a aprovação exigiu grande articulação política no Senado, que começou em uma reunião de líderes com o presidente da Casa, Renan Calheiros. Entre as várias alterações feitas pelos senadores, uma responde ao pleito das prefeituras: o projeto de lei de conversão acolhido permite a renegociação de dívidas municipais com a Previdência Social. **Página 3**

CCJ acolhe projeto sobre exploração de florestas

Depois de muito debate, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou o projeto de lei do Executivo que permite o uso de florestas públicas para a produção sustentável. Acolhida também pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a proposta será agora submetida ao Plenário. **Página 7**

Proposta de Jefferson corrigirá as falhas

A aprovação da proposta sobre florestas só foi possível após acordo entre os líderes partidários e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Por ele, Jefferson Péres apresentará projeto corrigindo falhas detectadas. **Página 7**



Defensores e críticos do projeto sobre o uso de florestas públicas se defrontam na CCJ: aprovação do projeto foi marcada pela polêmica

Célio Azevedo

Jane Araújo



Azeredo (D), presidente interino, transfere o comando da comissão a Saturnino

Saturnino preside a CRE

Roberto Saturnino foi eleito ontem presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ele ocupará o cargo até o próximo ano, em substituição a Cristovam Buarque, que deixou o

posto após ter saído do PT. A presidência da CRE continua a ser ocupada por um parlamentar filiado a esse partido, em obediência a critérios fixados no começo do ano. A comissão possui 19 titulares. **Página 8**

Acareados fazem jogo de acusações

Eles trocaram insultos, deram versões diferentes para os fatos e juraram inocência diante dos senadores. Todos, em algum momento, foram chamados de "mentirosos" e alguns, classificados de "bandidos". Um jogo de acusações dominou a chamada "superacareação" na CPI dos Bingos, que reuniu Waldomiro

Diniz (ex-assessor da Casa Civil), Rogério Tadeu Buratti (ex-assessor de Antonio Palocci em Ribeirão Preto), Marcelo José Rovai (ex-diretor da Gtech), o advogado Enrico Gianelli e o empresário Carlinhos Cachoeira, envolvidos nas negociações da Gtech com a Caixa Econômica Federal. **Página 3**



Marcelo Rovai (E), ao lado de Enrico Gianelli, discute com Rogério Buratti (D), que tem a seu lado Carlinhos Cachoeira

Márcia Kolumbe

Mozarildo lembra 17 anos de criação do estado de Roraima



Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou ontem os 17 anos de criação dos estados de Roraima e Amapá, ocorrida em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Apesar de festejar o fato, o parlamentar acusou o governo federal de tratar esses estados como se ainda fossem territórios.

– Lamentavelmente, o governo ainda teima em nos tratar como território – reclamou o representante de Roraima, ao dizer que a maior parte das terras de Roraima ainda permanece sob domínio da União.

João Ribeiro destaca emancipação do Tocantins



João Ribeiro

Ao comemorar os 17 anos de criação do estado do Tocantins, o senador João Ribeiro (PL-TO) lembrou a luta do ex-governador Siqueira Campos pela emancipação daquela unidade federativa na promulgação da Constituição de 1988.

O parlamentar também protestou contra a atitude do atual governador do Tocantins, Marcelo Miranda, que teria resolvido “apagar a história e ignorar o nome de Siqueira perante a população nas festividades que ocorreriam ontem”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Pauta do Plenário permanece trancada por MPs

O Plenário, com sessão às 14h, continua com a pauta trancada por duas medidas provisórias: a que ampliou a vigência da campanha do desarmamento (PLV 24/05) e a que extinguiu a Timemania (MP 249/05),



loteria criada para socorrer os clubes. Além disso, tramita em urgência o projeto que prevê a concessão de áreas florestais a empresas, que ficariam responsáveis pela exploração econômica da região (PLC 62/05).

CPI dos Bingos discute caso Celso Daniel

O irmão do ex-prefeito Celso Daniel, Bruno José Daniel, depõe às 10h na CPI dos Bingos. O ex-prefeito de Santo André foi assassinado em janeiro de 2002. A CPI investiga se o crime foi motivado pela existência

de esquema de fraudes em contratos com empresas de lixo com o objetivo de arrecadar recursos para as campanhas do PT, como denunciado anteriormente por outro irmão de Celso Daniel à comissão.



Audiência pública com Henrique Meirelles

Às 10h, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, participa de audiência pública promovida por comissões da Câmara e pelas de Assuntos Econômicos (CAE), e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor

e Fiscalização e Controle (CMA), do Senado, além da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Meirelles fala das metas da política monetária, creditícia e cambial, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Depoimentos nas sub-relatorias

Estão marcadas reuniões das sub-relatorias da CPI dos Correios. Às 10h, a de Fontes Financeiras ouve os doleiros Jader Kalid e Haroldo Bicalho; enquanto a que investiga o IRB toma depoimento do ex-presidente da

estatal Lídio Duarte e do corretor de seguros Henrique Brandão, acusado de intermediar os interesses do PT na instituição. O plenário da CPI, por sua vez, ouve o dono da Interbrazil, André Marques da Silva.

Política pesqueira e recursos do FAT em análise

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) tem reunião prevista para as 9h30. Entre os temas em discussão, proposta que trata da política pesqueira (PLC 29/03),

além de projeto que reserva recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o financiamento de estágios em empresas e universidades (PLS 177/02).



Mulheres na carreira pública

Às 14h30, a Comissão Especial do Ano da Mulher Latino-Americana promove debate com o tema “Mulheres no Topo da Carreira: Flexibilidade e Persistência”, sobre a ascensão de mulheres a postos de destaque na administração pública. O evento, no auditório do Interlegis, é aberto ao público.

CPI da Emigração vai a Criciúma

A CPI da Emigração Ilegal viaja para Criciúma (SC), onde toma depoimentos para investigar quadrilhas que agenciam entrada ilegal de brasileiros nos EUA e em outros países. A CPI já realizou audiências em Governador Valadares e Poços de Caldas, cidades mineiras com alto índice de emigrantes.

Ana Júlia: Círio de Nazaré em Belém "é uma emoção só"

Ao se referir à procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que ocorrerá neste domingo, em Belém, Ana Júlia Carepa (PT-PA) convidou os



Ana Júlia

brasileiros a se deslocarem até a capital paraense para participar das comemorações. Emocionada, a petista classificou a festa como “a maior manifestação religiosa brasileira”.

– É impossível contar a fé do Círio de Nazaré. É preciso vivê-la. É esse o convite que quero deixar a todos. É uma emoção só – comentou, estimando que 2 milhões de pessoas participarão da festa este ano.

Saturnino reclama mais investimentos para o Rio de Janeiro

Roberto Saturnino (PT-RJ) reclamou maiores investimentos da União no estado do Rio de Janeiro. Conforme informou, embora seja o segundo entre os estados que mais arrecadam para os cofres federais, cerca de 20% do total, o Rio de Janeiro recebe menos de 5% do montante dos investimentos nas unidades federativas.

– Devo reconhecer que alguns investimentos têm sido feitos. Mas são investimentos da Petrobras, de interesse fundamental para o país, que não podem deixar de ser feitos – disse o senador, ressaltando que a população local também tem suas prioridades, entre elas a duplicação da BR-101.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papató Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Antero Paes de Barros, Papató Paes, Mão Santa, Valdir Raupp e Leomar Quintanilha



Envolvidos em denúncia de propina no caso Gtech/Caixa são colocados frente a frente

Troca de acusações e insultos marca a superacareação na CPI dos Bingos

Na superacareação promovida ontem pela CPI dos Bingos, envolvidos em denúncias de propina na renovação de contrato da multinacional Gtech com a Caixa Econômica Federal trocaram acusações e insultos. Waldomiro Diniz, Enrico Gianelli, Rogério Buratti, Marcelo José Rovai e Carlos Augusto de Almeida Ramos (Carlinhos Cachoeira) relataram acontecimentos de maneira díspare e juraram inocência perante os senadores da comissão. Todos, em algum momento, foram chamados de “mentirosos”, chegando alguns a serem classificados como “bandidos”.

Rovai e Buratti se desentenderam diversas vezes durante a sessão. Buratti considerou estranho a Gtech recorrer a um lobista – Afrânio Nabuco – para agendar reunião com a presidência da Caixa, uma vez que a multinacional tinha um contrato milionário com a estatal. Rovai disse que Afrânio, “consultor contratado pela Gtech em fevereiro de 2003”, foi chamado para ajudar a empresa a conseguir audiência com a estatal. “Entrei em 2002 na Gtech e a empresa sempre teve dificuldades em falar com os presidentes da Caixa”, informou ele.

Buratti também acusou “um grande dirigente da Gtech” de ser, hoje, dono de agência franqueada dos Correios. Rovai respondeu que nem ele nem a empresa tinham qualquer franquia da estatal. Buratti acusou ainda a Gtech de, por intermédio de Rovai, lhe oferecer propina de R\$ 500 mil a R\$ 16 milhões se a Caixa fechasse negócio com a multinacional.

A certa altura da acareação, o relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), observou que o Tribunal de Contas da União avaliou, em auditoria, que a Caixa teve prejuízos da ordem de R\$ 433 milhões nos negócios com a Gtech.

Rovai também atacou Waldomiro Diniz, ao dizer que este, ex-presidente da Loteria do Estado

do Rio de Janeiro (Loterj), teria se apresentado à Gtech como o representante do governo federal que poderia influenciar nas negociações. Waldomiro assinalou que Rovai “mentiu e ainda mente”, pois afirmara que ele apresentou Buratti à multinacional como um possível lobista junto à estatal. Waldomiro disse só ter conhecido pessoalmente Buratti na terça-feira, quando os cinco envolvidos foram depor na Polícia Federal. A afirmação foi confirmada por Buratti.

Gravação

Quando a acareação já durava duas horas e meia, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) reclamou que Cachoeira tinha falado muito pouco e pediu que o empresário de jogos usasse da palavra para ajudar o país. Cachoeira declarou, então, que, depois de ter gravado Waldomiro pedindo-lhe propina, “ninguém ajudou mais este país” do que ele. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) observou que Cachoeira guardou por dois anos a gravação, e só decidiu usá-la quando achou “conveniente”.

Waldomiro alegou que teve apenas três reuniões com representantes da Gtech. Na primeira, os executivos da multinacional apenas teriam feito uma apresentação da empresa. O ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República também disse que, a seu pedido, não foram discutidos negócios entre a Gtech e a Caixa em nenhuma das três reuniões.

Depois de mais de seis horas de reunião, o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), assegurou não ter mais dúvida de que houve tráfico de influência por parte da Gtech “com algumas figuras do governo”. Ele afirmou que Waldomiro e Cachoeira também participaram da operação.

Garibaldi Alves salientou que a acareação trouxe muitas informações importantes, além de convicção de que o contrato com a Caixa envolveu pagamento de propinas pela Gtech, embora esta diga que foi apenas “achacada”.

Medidas incluem desde incentivos fiscais para investimentos produtivos destinados a exportações até renegociação de dívidas de municípios com a Previdência Social

Senado aprova MP do Bem, que volta ao exame da Câmara

A MP do Bem – pacote de medidas que inclui desde incentivos fiscais para investimentos produtivos destinados a exportações até a renegociação das dívidas de municípios com a Previdência Social – foi aprovada pelo Senado na noite de ontem, em votação simbólica. Devido aos diversos itens do pacote, que abrangiam interesses de vários setores da economia, foi necessária uma grande articulação política envolvendo as lideranças da Casa. Com as mudanças realizadas no Senado, o projeto retorna agora à Câmara para nova votação.

MP do Bem é a denominação informal da Medida Provisória 252/05, que se transformou no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 23/05 após ser alterada na Câmara dos Deputados no final de agosto. A expressão “do Bem” foi cunhada em contraposição à MP 232/04 – a “MP do Mal” –, que corrigia a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, mas também elevava a tributação sobre empresas prestadoras de



Renan Calheiros (C), entre Antônio Carlos Valadares e Magno Malta, preside sessão do Senado

serviços.

Entre as principais medidas da MP do Bem, estão os programas que visam impulsionar as exportações por meio de incentivos fiscais ao setor produtivo. Um deles, o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (Repes), beneficia as empresas de desenvolvimento de *software* e de serviços de tecnologia da informação, isentando-as do pagamento de PIS/Pasep e Cofins na compra de bens que representem novos investimentos. Mas há um pré-requisito: as

exportações devem representar, no mínimo, 80% da receita bruta anual dessas empresas.

As demais empresas exportadoras serão contempladas pelo Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), que prevê a suspensão – por cinco anos – do PIS/Pasep e da Cofins sobre a compra de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos. Assim como no Repes, o critério para se enquadrar no Recap é o de que 80% da receita bruta anual da empresa sejam provenientes de vendas externas.

Prefeituras terão dívidas parceladas em até 240 meses

Uma das principais alterações feitas pelo Senado na MP do Bem responde ao pleito de várias prefeituras: o projeto recebeu emenda que permite a renegociação das dívidas municipais com a Previdência. Na mudança, esses débitos poderão ser parcelados em até 240 meses, em vez do limite atual de 60 meses. A medida, segundo Romero Jucá (PMDB-RR), relator da proposta no Senado, tem o objetivo de “viabilizar” as prefeituras.

Outro benefício que Jucá pretendia dar aos municípios – a substituição da taxa Selic, atual índice de correção das dívidas, pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) – acabou não sendo incluído na MP. Atualmente a taxa Selic está em 19,5% ao ano, enquanto a TJLP é de 9,75% ao ano.

A aprovação da emenda foi aplaudida pelos senadores José

Agripino (PFL-RN) e Alvaro Dias (PSDB-PR).

Para que seus efeitos não sejam suspensos, a MP do Bem precisa ser aprovada pelo Congresso até 13 de outubro. Por isso, Jucá enfatizou que espera ver o projeto sendo aprovado na Câmara ainda hoje. Aloizio Mercadante (PT-SP) explicou que, caso a votação pelos deputados seja adiada para a próxima semana, corre-se o risco de ausência do quórum necessário, devido ao feriado de 12 de outubro.

Simples

O Senado manteve a mudança feita pela Câmara dos valores de classificação de micro e pequenas empresas que podem se enquadrar no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples).

Também foi mantida a redução a zero das alíquotas de PIS/Pasep e da Cofins sobre o leite em pó. Segundo Mercadante, essa desoneração aumenta a competitividade do produto, “geralmente importado”, prejudicando os produtores nacionais de leite *in natura*. Medidas desse tipo, informou o líder, já “arrebentaram” a cadeia produtiva de leite do país.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lembrou que os produtores de queijo também se beneficiam com a redução de alíquotas de PIS/Pasep e da Cofins.

Quando veio da Câmara, a MP previa que a União poderia bancar até 50% da remuneração de pesquisadores em atividade no país. No Senado, o relator “regionalizou” a medida: o governo federal bancará 60% da remuneração em estados das regiões Norte e Nordeste e 40% no restante do país.

Ex-chefe de gabinete de Anderson Adauto confirma quatro saques em agência do Banco Rural



Deputados Ibrahim Abi-Ackel e Paulo Baltazar acompanham depoimento de José Luiz (C)

Assessor diz que levou R\$ 200 mil de Valério para então ministro

Ao depor na CPI do Mensalão, José Luiz Alves, ex-chefe de gabinete do então ministro dos Transportes, Anderson Adauto, admitiu ter recebido R\$ 200 mil, em espécie, do funcionário Renato, do Banco Rural, para entregar diretamente ao ex-ministro.

José Luiz Alves disse ter estado várias vezes na sede do Banco Rural em Brasília, mas somente em quatro ocasiões recebeu dinheiro: R\$ 100 mil, em 9 de setembro de 2003; R\$ 50 mil, em 16 de setembro de 2003; R\$ 25 mil, em 13 de janeiro de 2004; e R\$ 25 mil, em 3 de fevereiro de 2004.

Os valores admitidos são bem inferiores aos que constam da lista que Marcos Valério entregou à CPI, na qual o nome de José Luiz Alves aparece como tendo recebido R\$ 1 milhão.

José Luiz Alves revelou que o pagamento foi negociado, já em 2003, entre o ex-ministro e o então tesoureiro do PT Delúbio Soares, para quitar dívidas da campanha de Anderson Adauto, eleito deputado federal pelo PL de Minas Gerais em 2002.

O deputado Moroni Torgan (PFL-CE) manifestou estranheza ao saber que um ministro de Estado recebeu em seu gabinete dinheiro em espécie, sem origem comprovada nem registro, e propôs a imediata convocação do ministro para depor na CPI.

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) propôs a imediata quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do ministro, do assessor e do irmão do ministro, Edson Pereira de Almeida, cujo nome também consta da lista de Marcos Valério.

Acareação

A CPI do Mensalão aprovou ainda requerimento para realizar acareação entre o publicitário Marcos Valério e os sacadores de dinheiro que constam da lista por ele entregue. Entre os sacadores de dinheiro, a CPI escolheu para fazer parte da acareação o ex-deputado Valdemar da Costa Neto (PL); o tesoureiro do PL, Jacinto Lamas; o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri; o assessor do PP, João Cláudio Genu; o ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos; e José Luiz Alves.

CPI manda buscar presidente da Interbrazil

A CPI dos Correios expediu mandado de condução coercitiva para obrigar o presidente da seguradora Interbrazil, André Marques da Silva, a prestar depoimento à CPI hoje, às 10h. A audiência estava marcada para ontem, mas o depoente não compareceu e não apresentou laudo médico para comprovar cirurgia que teria impedido sua presença.

Segundo informações do vice-presidente da comissão, deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), o advogado de Marques alegou que seu cliente teria passado por uma cirurgia, encontrando-se em tratamento médico. Com base nessa informação, a CPI solicitou o laudo médico, mas nada foi enviado para comprovar a justificativa.

Pela Constituição, as comissões parlamentares de inquérito, para procederem às investigações, têm poderes próprios das autoridades judiciais, o que significa que elas podem determinar ao órgão competente – no caso a Polícia Federal – que conduza, à força, aqueles depoentes que se neguem a atender à convocação, sem justificativa plausível.

André Marques teria assumido, em reportagem veiculada pelo *Jornal Nacional*, em setembro, que sua empresa pagava contas do PT para ter informações privilegiadas e conseguir contratos com o governo Lula. Por causa dessas declarações, a Interbrazil está sendo investigada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

A CPI também havia marcado para ontem o depoimento de Dario Messer, que foi acusado por Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, de ser o “doleiro do PT”. O depoente não foi encontrado e, de acordo com informações obtidas pelo vice-presidente da comissão, há suspeitas de que ele esteja em Goiânia.

– A Polícia Federal e a Interpol estão tentando localizá-lo – destacou o deputado.



Marcos Antônio (D) depõe na presença de Arnaldo Faria de Sá e José Eduardo Cardozo

Diretor regional de São Paulo nega benefício a franquias dos Correios

Em depoimento à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios, o diretor regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em São Paulo, Marcos Antônio Vieira da Silva, negou ter beneficiado agências franqueadas com contratos para o atendimento de clientes de grande porte.

O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou perdas de R\$ 10 milhões, na regional de São Paulo, no atendimento de quatro bancos. Marcos Antônio da Silva afirmou que seguiu o Manual de Comercialização e Atendimento da empresa. Disse que descredenciou seis agências franqueadas por constatação de irregularidades. Os casos estão sendo investigados pelo Ministério Público, informou o diretor.

Há outros 22 processos de averiguação de irregularidades em franquias, mas não foram

encontradas provas contra elas até agora, conforme Silva. O diretor ressaltou ainda que onde há suspeita de irregularidades um funcionário dos Correios passa a atuar dentro da loja e são instaladas máquinas digitais, mais seguras.

Marcos Antônio da Silva observou, respondendo ao sub-relator de Contratos, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), que a escolha dos franqueados é feita por critérios técnicos, mas defendeu a “determinação de regras claras que dêem igualdade de condição de ingresso no sistema”.

Ele informou que administra 170 lojas próprias em São Paulo, estado que representa 47% da arrecadação dos Correios em todo o Brasil. Ainda de acordo com o diretor, há em São Paulo 211 lojas franqueadas, e em todo o Brasil o número chega a 1.467.

Audidores da Receita se opõem à contratação de empresas privadas

Audidores fiscais da Receita Federal estiveram no Congresso para protestar contra a contratação de empresas privadas de auditoria pelas CPIs. Para eles, essa tarefa compete ao Estado, e a contratação de empresas privadas, além do risco de ferir princípios constitucionais, gera gastos desnecessários à União. O grupo pretende conversar com o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Alvaro Dias (PSDB-PR), que vai coordenar os trabalhos das auditorias, adiantou, no entanto, que as auditorias privadas são juramentadas.

A CPI dos Correios anunciou que vai contratar até o fim da semana, por meio da Mesa diretora do Senado, empresas terceirizadas de auditoria para dar celeridade e organizar as informações obtidas com as transferências de sigilos bancários e fiscais.



Alvaro rejeita declaração de Lula

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o presidente Lula por ter dito que o país vive uma onda de denunciamento e que as comissões parlamentares de inquérito perderam o foco e não estão conseguindo comprovar as denúncias de corrupção.

– Devemos repudiar e rechaçar a estratégia de desqualificação da CPI como instituto fundamental para investigação das denúncias. O pronunciamento não é um fato isolado. Há uma concatenação de ações com vistas a desqualificar a CPI, afirmando que perdeu o foco.



Virgílio: história condenará presidente

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), rejeitou as declarações do presidente Lula sobre denunciamento. Se assim fosse, disse o senador, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu teria reassumido suas funções e não haveria tantos parlamentares ameaçados de cassação, empresas arroladas como corruptoras e partidos corrompidos.

Para Virgílio, Lula age como quem não confia “em suas mãos limpas” e adota uma atitude de quem espera que a nação defina o que é verdade naquilo que está vendo: “Lula não conseguirá se livrar da condenação da história”.

Moreira Mariz



Vânia Maione, vice-reitora da Unilegis, no lançamento da Revista de Informação Legislativa

Senado lança edição de revista legislativa

O Senado lançou ontem uma nova edição da *Revista de Informação Legislativa*. A publicação traz 21 artigos produzidos por alunos das turmas do Curso de Especialização em Direito Legislativo, realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) em 2003.

O evento contou com a presença dos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Marco Maciel (PFL-PE), da vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Maione Alves Nina, além do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia.

Entre os artigos destaca-se "Ouvidoria parlamentar: uma proposta para o Senado Federal", de autoria da analista legislativa Ilana Trombka, que explica as origens da ouvidoria no Brasil, suas funções, a inserção da função no ramo do Direito Administrativo, as falhas no modelo atual e a proposta de ouvidoria parlamentar no Senado. Já o artigo "A comunicação do Senado e o direito à informação", apresentado pela analista legislativa Valéria Ribeiro da Silva Franklin Almeida, trata dos direitos humanos fundamentais, com discussões sobre a informação, a democracia, o Senado e a comunicação institucional.

Dom Luiz Flávio teria aceito proposta do governo de vincular recursos do Orçamento para a revitalização do rio São Francisco

Acordo deve encerrar greve de fome do bispo

Durante sessão plenária de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, registrou telefonema do ministro das Relações Institucionais, Jacques Wagner, anunciando acordo para acabar com a greve de fome de dom Luiz Flávio Cappio.

Segundo Renan, o bispo teria aceito a proposta do

governo de vincular recursos do Orçamento para a revitalização do rio São Francisco. Também aceitou um encontro com o presidente Lula para aprofundar o debate sobre o tema, tão logo melhore suas condições de saúde. Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) questionou se as obras seriam de fato parali-

sadas, o que foi confirmado por Renan.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), fez questão de lembrar que o presidente Lula é uma pessoa aberta ao diálogo, por sua longa tradição como líder sindicalista.

A aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 27/01 pelo Congresso pode

ser peça fundamental para solucionar o impasse em torno da transposição de águas do São Francisco. A PEC, que tem Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) como primeiro signatário, foi aprovada pelo Senado em 2002 e encontra-se em tramitação na Câmara.

A matéria institui o fundo para revitalização e desen-

volvimento sustentável da bacia do São Francisco, que ajudaria a custear, por 20 anos, programas de recuperação hidroambiental do rio. O governo acenou com a inclusão de recursos para o fundo no Orçamento de 2006, o que garantiria a revitalização do rio, reivindicando que motivou a greve de fome do religioso.



Nota divulgada pelo arcebispo da Paraíba, lida por Maranhão, manifesta apoio à transposição

Protesto foi ato isolado, informa José Maranhão

José Maranhão (PMDB-PB) leu ontem em Plenário, nota divulgada pelo arcebispo da Paraíba, dom Aldo Pagotto, acerca da polêmica em torno da transposição de águas do rio São Francisco. Na nota, dom Aldo afirma que a quase totalidade dos bispos da Regional Nordeste 2, que reúne os estados da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de Alagoas, é favorável ao projeto de integração das bacias do rio São Francisco.

O protesto de dom Luiz Flávio Cappio "deve ser visto como ato pessoal", diz a nota. Segundo dom Aldo, dom Luiz Flávio "não consultou os responsáveis da CNBB, tomando uma atitude isolada". Seu gesto, sustenta o arcebispo, "não se identifica com a postura de muitos outros bispos brasileiros".

Maranhão ressaltou que os estados do Nordeste Sertentrional, beneficiários da transposição, são os únicos da região que não dispõem de curso d'água permanente, enfrentando, por isso, as secas mais agudas.



Suassuna ressalta que greve de fome de religioso recebeu críticas de representantes da CNBB

Suassuna: bispos apóiam a transposição

Ney Suassuna (PMDB-PB) também registrou em Plenário o conteúdo de nota em que quatro bispos manifestam apoio ao projeto de transposição de águas do Rio São Francisco. Eles também criticam o bispo dom Luiz Flávio Cappio, que fez greve de fome como forma de protesto contra a transposição. De acordo com Suassuna, os bispos – um deles seria dom Aldo Pagotto – são representantes da seção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que congrega Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Na nota lida pelo senador, eles apóiam o projeto e argumentam que a transposição irá suprir as necessidades de água potável "nas carentes bacias hidrográficas" de seus estados, e, de modo especial, de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Os bispos manifestam, ainda, sua "desaprovação à atitude extrema" de dom Luiz Flávio Cappio, "que provocou perplexidade e sofrimento".



Para Cristovam, protesto do bispo pode chamar atenção e piorar a imagem do Brasil no mundo

Cristovam quer mediação do Senado

Antes da decisão do governo de suspender a execução do projeto de transposição de águas do São Francisco, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que fizesse um apelo ao presidente Lula para que o assunto seja discutido por uma comissão de senadores antes do início das obras.

– Que o presidente Renan faça um apelo a Lula e ao bispo (dom frei Luiz) Cappio. Ao presidente Lula no sentido de que, mesmo não sendo necessário submeter esse projeto ao Congresso, aceite submetê-lo e ouvir a opinião, na forma deliberativa, do Senado Federal. Seja no Plenário, seja em alguma comissão escolhida pelo presidente Renan. E que o bispo Cappio aceite de antemão qualquer decisão tomada no Senado – ressaltou.

Cristovam alertou o governo para o risco do protesto do bispo chamar a atenção da imprensa mundial e piorar ainda mais a imagem do Brasil.



"Quero a transposição, mas não à custa da vida de brasileiros", adverte José Agripino

Agripino defende o diálogo

José Agripino (PFL-RN) defendeu o projeto, mas não "às custas do sacrifício de um bispo da Igreja Católica". O senador disse que, embora a obra seja benéfica para o seu estado, possibilitando a execução de projetos de irrigação, deve ser respeitado acordo que prevê o uso das águas apenas para o consumo humano.

– Quero a transposição, mas não quero morte. Quero a transposição, mas não à custa de vidas de brasileiros; à custa da transgressão à lei.

Agripino alertou o governo federal para que tome providências no sentido de estabelecer o diálogo com os grupos contrários ao projeto, a fim de que não se repita no Brasil o que ocorreu nos Estados Unidos durante a transposição do rio Colorado, quando houve várias mortes por conflito de interesses.

Em apertes, senadores manifestaram apoio a Agripino. Fernando Bezerra (PTB-RN) advertiu para a necessidade de maior debate sobre o assunto.



Projeto do governo constitui "fraude política e farsa técnica", na opinião de Heloísa Helena

Heloísa: bispo não interrompeu o jejum

Heloísa Helena (PSOL-AL) informou ontem à noite ao Plenário decisão do bispo dom Luiz Flávio Cappio de continuar em greve de fome até que receba, hoje, documento assinado pelo presidente Lula reafirmando compromisso verbal assumido pelo ministro de Relações Institucionais, Jacques Wagner, de que o governo vai assegurar recursos, no Orçamento de 2006, para a revitalização do São Francisco.

De acordo com Heloísa Helena, só após a leitura do documento, o bispo decidirá se interrompe ou não a greve de fome.

O porta-voz da notícia foi o sobrinho do bispo, Luis Cláudio, que está em contato permanente com a família e esteve presente ao Plenário para repassar a informação. Heloísa Helena classificou de "fraude política e farsa técnica" o projeto do governo. Segundo enfatizou, nem sequer foram ouvidas as ponderações dos especialistas no assunto, que prestaram depoimentos nas comissões do Senado.



Valadares adverte que se lei não for mudada haverá repetição de caixa dois e outros crimes

Valadares pede votação da reforma política

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou ontem o atraso na realização da reforma política. Para ele, as regras atuais precisam ser mudadas com urgência, para que as eleições de 2006 se realizem sob novas leis.

– Temos uma legislação malfeita que deixa os portões abertos para a prática da fraude e da corrupção.

Valadares disse compreender a demora da Câmara em votar os projetos das chamadas reformas política e eleitoral. Para ele, as investigações em torno do suposto “mensalão”, a possibilidade de cassar vários deputados e as denúncias que resultaram na renúncia do então presidente da Casa, Severino Cavalcanti, contribuíram para atrasar os debates em torno dessas matérias.

Entretanto, destacou que há três CPIs investigando casos que têm ligação com campanhas políticas e argumentou que será difícil evitar a repetição do uso de caixa dois e outros crimes eleitorais enquanto não for mudada a lei.

Virgílio lamenta a morte de Elcidon Pinto

Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou, ontem, requerimento de voto de pesar pelo falecimento do coronel Elcidon Pinto, irmão do governador de Roraima, Otomar Pinto. Elcidon dirigia o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) de Rondônia e morreu vítima de ataque cardíaco. O requerimento obteve o apoio de vários senadores.

Proposta permite implantação, pela iniciativa privada, de sistemas de irrigação de utilidade pública. CRA também aprova projeto sobre recomposição da cobertura vegetal e outro que cria fundo de agronegócios

Comissão de Agricultura define regras para a Política Nacional de Irrigação

O setor privado poderá ser autorizado a implantar e operar projetos de irrigação de utilidade pública destinados ao desenvolvimento de regiões socioeconômicas, à prevenção e combate de impactos ambientais como a desertificação ou a fins estratégicos e de segurança nacional. Mecanismo nesse sentido está previsto no substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto de lei que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem, e que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Em tramitação há dez anos, a proposta (PLS 229/95) é resultado dos trabalhos da Comissão Especial Temporária para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco, então presidida pelo agora presidente do Senado, Renan Calheiros. Conforme o substitutivo, os projetos de irrigação podem ser públicos, privados ou mistos.

A proposta define normas para o ressarcimento dos investimentos públicos realizados e para o pagamento de despesas com a manutenção e a conservação dos sistemas de irrigação. O texto vai agora à Comissão de

Assuntos Econômicos (CAE), onde já vinha tramitando, mas foi redistribuído também para a CRA, em face de mudanças no Regimento Interno.

Simon esclarece no parecer que o substitutivo não se limitou a projetos públicos, pois também trata da irrigação privada, responsável por 90% da atividade no país. Ele destacou o êxito da irrigação no Brasil, sobretudo na produção de frutas. Lamentou que o padrão adotado restrinja a atividade a grupos com alto capital e defendeu soluções mais adequadas para a agricultura familiar no Nordeste.



Relator do projeto, Pedro Simon (E) defende medidas mais adequadas para permitir utilização do sistema pela agricultura familiar no Nordeste

Proprietários poderão ser obrigados a fazer reflorestamento

Proprietários rurais podem ser obrigados a realizar a recomposição da cobertura vegetal das áreas de preservação permanente localizadas nos limites de suas terras. Prevista em projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES), a medida foi acolhida em substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A matéria altera dispositivo do Código Florestal que faculta ao po-

der público realizar reflorestamento nessas áreas, caso o proprietário não adote a providência. O texto, porém, não explicita a obrigatoriedade da recuperação. A proposta vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para votação terminativa.

A CRA também aprovou parecer de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) favorável a projeto que cria os chamados fundos de agronegócios. Por esse instrumento, cooperativas de crédito,

empresas agrícolas e agroindústrias vão poder captar recursos externos para investimentos em infra-estrutura, na produção e no processamento de mercadorias.

Foram aprovados ainda três requerimentos de audiências, uma das quais sobre o resultado da safra 2004/2005. Outra se destina a discutir o registro diferenciado para insumos com uso originalmente regulamentado para a agricultura orgânica. A terceira tratará de registros de defensivos genéricos.



Leomar Quintanilha (E) conversa sobre importância do atlas com José Machado, presidente da ANA

Atlas deve orientar uso de água no semi-árido

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), recebeu ontem uma versão preliminar do Atlas de Obras Prioritárias para a Região Semi-Árida. O estudo foi apresentado pelo presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, em um café da manhã que contou com a participação dos senadores Teotonio Vilela Filho

(PSDB-AL), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Valdir Raupp (PMDB-RO) e César Borges (PFL-BA).

O objetivo da publicação é identificar as alternativas de abastecimento de água para 1.112 municípios localizados no Nordeste e em Minas Gerais. Na avaliação de Quintanilha, o trabalho poderá orientar as políticas públicas que devem ser desenvolvidas para reduzir a escassez de água na região nordestina.



Indicação de João Ribeiro foi comunicada ontem, pelo partido, à Mesa diretora do Senado

João Ribeiro é novo líder do PL no Senado

A bancada do Partido Liberal (PL) encaminhou, ontem, ofício à Mesa do Senado Federal informando que o senador João Ribeiro (TO) é o novo líder da legenda na Casa. Também compõem a bancada os senadores Aelton Freitas (MG) e Magno Malta (ES).

Mozarildo protesta contra prisão de índios

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) protestou ontem contra a prisão de dois tuxauas (caciques) em Boa Vista, acusados de incendiar áreas pertencentes à Igreja Católica na vila missionária Surumu, na aldeia Raposa Serra do Sol. No dia 17 de setembro, cerca de 150 homens armados e encapuzados provocaram incêndio no hospital, na igreja e no centro de formação cultural da comunidade, às vésperas da festa de comemoração dos cinco meses de demarcação da aldeia.

– Estive ontem na Polícia Federal e depois na carceragem para visitar os índios. Deles, ouvi que não participaram do incêndio, até porque não haveria sentido, uma vez que há décadas demonstram suas posições contrárias à demarcação dentro da lei – disse o senador.

Mozarildo atribuiu o acontecimento à maneira pela qual foi feita a demarcação da área. O senador lembrou que esses conflitos já tinham sido previstos no relatório da comissão externa do Senado – da qual foi presidente – contrário à demarcação de forma contínua da área.

CPI envia provas ao Ministério Público

As provas sigilosas colhidas durante os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual Infantil, em poder do Senado, devem ser encaminhadas ao Ministério Público para que a responsabilização dos culpados seja possível. Essa foi a conclusão da audiência pública realizada ontem pela comissão mista temporária criada para acompanhar a implantação e a execução das recomendações contidas no relatório final da CPI.

A vice-presidente da comissão, deputada Thelma de Oliveira (PSDB-MT), disse que os documentos precisam ser especificados e separados por unidades da Federação para que a parceria com o Estado se concretize.



Zambiasi afirma que o rigor em excesso poderá beneficiar apenas um lado, o fora-da-lei

Zambiasi tem dúvidas sobre desarmamento

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) questionou ontem os efeitos práticos da proposta relativa à proibição da venda de armas, sobre a qual será realizado um referendo no próximo dia 23.

– Não pertenço à chamada bancada das armas. Fiz muitas campanhas de desarmamento e votei a favor do Estatuto do Desarmamento. Mas confesso que, com a aproximação do dia 23, muitas dúvidas tomam conta de mim – reconheceu.

O maior temor de Zambiasi é que, ao desarmar o cidadão, este fique à mercê dos bandidos, em casa, com suas famílias, ou em sítios. O rigor em excesso pode beneficiar apenas um lado, o fora-da-lei.

Depois de dois adiamentos, acordo possibilita aprovação do projeto que vai permitir a exploração privada de florestas públicas. E, às 10h, o presidente do BC fala no Congresso sobre metas monetárias



Projeto de autoria do Poder Executivo só foi aceito depois de dois adiamentos e muita discussão entre os membros da Comissão de Justiça do Senado

Congresso deverá votar contratos para gestão de florestas públicas

Todas as terras públicas com área superior a 2.500 hectares destinadas à concessão para exploração sustentável deverão ter o contrato previamente aprovado pelo Congresso Nacional. Esse foi um dos quatro pontos acordados na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de ontem, o que tornou possível a aprovação, sem modificações, do projeto de lei do Poder Executivo que regulamenta a gestão de florestas públicas para a exploração sustentável (PLC 62/05).

A comissão rejeitou o substitutivo do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que fazia várias modificações à proposta aprovada pela Câmara. Segundo o acordo, o senador Jefferson

Péres (PDT-AM) ficará responsável pela apresentação de novo projeto de lei, que tramitará também em regime de urgência constitucional, corrigindo as falhas da proposta do governo.

Dois dos pontos acordados já constam da Constituição federal. A determinação de que as terras destinadas à concessão com áreas superiores a 2.500 hectares seja aprovada pelo Congresso Nacional é um deles (inciso XVII do artigo 49). O outro ponto é a exigência de que as terras destinadas à concessão que estiverem em áreas de fronteira seja previamente submetida ao Conselho de Defesa Nacional. Pelo parágrafo 2º do artigo 20 da Carta Magna, essa faixa compreende as áreas de até 150

quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres.

– Esses dois pontos já constam da Constituição e seriam respeitados de qualquer forma. Mas incluí-los numa lei específica traz maior segurança ao regime de concessões – explicou o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

No projeto de Jefferson Péres também constará artigo determinando que o diretor-geral do Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro, que está sendo criado pelo projeto do Executivo, será indicado pelo presidente da República e aprovado pelo Senado. Jefferson Péres disse que apresentará sua proposta quando a nova lei for sancionada pelo Poder Executivo.

Sem modificações, projeto será submetido ao Plenário

Depois de dois adiamentos e muita discussão, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou o parecer do senador José Agripino (PFL-RN) pela aprovação do projeto que regulamenta a gestão da exploração de florestas públicas para a produção sustentável. O texto foi aceito sem emendas; foram rejeitados o substitutivo do relator, senador Mozarildo Cavalcanti, e o voto em separado do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC).

– O grande erro desta matéria foi a urgência constitucional. Mas temos que concordar que ele representa avanços para esta questão – afirmou José Agripino (PFL-RN).

O projeto, que já foi aprovado nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e

Controle (CMA), será agora submetido ao Plenário.

O assunto é considerado polêmico em vários pontos. O principal deles é o que permite a exploração privada de florestas públicas por até 40 anos, por meio de concessão. Vários senadores temem que a proposta promova a “internacionalização da Amazônia”, apesar de o texto determinar que somente empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no país possam se candidatar à exploração.

O Executivo propõe a gestão de florestas públicas por meio de três instrumentos: criação e gestão direta de florestas nacionais, estaduais e municipais; destinação de florestas públicas a comunidades locais; e concessão florestal, incluindo

florestas naturais ou plantadas. No caso da gestão direta, o poder público poderá firmar, com terceiros, convênios, contratos ou instrumentos similares, com duração limitada a 120 meses. As concessões de florestas públicas já ocupadas ou utilizadas por comunidades locais serão a título não-oneroso, para a criação de reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável e projetos agroextrativistas, entre outras alternativas previstas em lei.

A concessão a título oneroso será feita mediante licitação na modalidade concorrência, cujo edital será precedido por audiência pública, por região, e o contrato será disponibilizado pela Internet. O projeto institui ainda o Plano Anual de Outorga Florestal (Paof), responsável pela identificação das florestas.

Meirelles fala de câmbio e crédito no Legislativo

O presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, explica hoje ao Congresso, a partir das 10h, o cumprimento das metas traçadas para as políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços econômicos.

Meirelles falará em reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado; das comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação; Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara; e da Comissão Mista de Orçamento.



Pesquisa citada por Mão Santa mostra que 72% das rodovias do país são mal conservadas

Mão Santa critica situação das estradas

Mão Santa (PMDB-PI) criticou ontem o governo federal pelo estado em que se encontram as estradas do país. Ele comentou a última Pesquisa Rodoviária 2005, realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), pelo Serviço Social do Transporte (Sest) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat).

A pesquisa analisou rodovias federais e estaduais, num total de 81.944 quilômetros. O estudo concluiu que 72% da extensão avaliada está em condições de conservação deficientes, ruins ou péssimas. Foram analisados itens como pavimentação, sinalização e traçado das estradas.



Tourinho pede aprovação da PEC que regulamenta o trabalho dos profissionais do setor

Tourinho: apoio à carreira de agente de saúde

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) solicitou ontem apoio para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 7/03, que trata da regulamentação da carreira dos agentes comunitários de saúde. A PEC, informou, foi aprovada na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados na forma de substitutivo, garantindo que gestores locais do Sistema Único de Saúde (SUS) possam contratar agentes comunitários por meio de processo seletivo público.



Lúcia Vânia sugere o 4 de outubro como o Dia do Agente Comunitário de Saúde

Lúcia Vânia propõe dia comemorativo

Lúcia Vânia (PSDB-GO) registrou ontem a entrega de pleito da Confederação Nacional de Agentes Comunitários de Saúde ao Ministério da Saúde pela regularização da contratação desses profissionais. A senadora também apresentou proposta para que o 4 de outubro seja instituído como Dia do Agente Comunitário de Saúde.

Conforme observou, tramitam na Câmara duas propostas que tratam da contratação de agentes de saúde e das atribuições específicas da função.

Senador substitui Cristovam Buarque, que deixou o cargo após ter saído do PT. Maciel lamenta índices de pobreza do país e Paim propõe mudanças na fórmula de cálculo da aposentadoria

Saturnino preside Relações Exteriores

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) foi eleito ontem presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para o biênio 2005/2006, em substituição ao senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que deixou o cargo após ter saído do Partido dos Trabalhadores (PT). O posto continua a ser ocupado por um parlamentar ligado ao PT, devido aos critérios de proporcionalidade de bancada definidos no começo do ano, por ocasião do início dos trabalhos nas comissões permanentes. Eleito com 14 votos, Saturnino foi o único indicado ao cargo pelo partido.

– Eu vou ser um fiel seguidor de Cristovam Buarque – adiantou o senador, ao falar sobre o trabalho que pretende fazer na comissão.

Cristovam, que continuará a integrar a comissão, acompanhou a eleição de Saturnino. O novo presidente pediu o empenho de todos os parlamentares para a criação da Subcomissão Permanente das Forças Armadas no âmbito da CRE, que hoje conta com



Saturnino (E) e o vice-presidente Eduardo Azeredo estarão à frente do colegiado até o fim de 2006

duas subcomissões permanentes: a da Amazônia e a de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior.

O colegiado tem como vice-presidente o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e é formado por 19 membros titulares, com igual número de suplentes. De acordo com o

Regimento Interno, compete à CRE opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, comércio exterior, indicação de nome para chefe de missão diplomática de caráter permanente, assuntos referentes à Organização das Nações Unidas e outros temas correlatos.

Maciel alerta para importância de redução da desigualdade no Brasil

Em discurso ontem, o senador Marco Maciel (PFL-PE) afirmou que, “malgrado avanços em muitos setores, o Brasil ainda está entre os países com elevados índices de pobreza e desigualdade social”. Ele citou recentes pesquisas de instituições internacionais para confirmar sua declaração.

Maciel lembrou que a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou informações detalhadas sobre a pobreza no mundo com o Relatório sobre a Situação Social Mundial das Nações Unidas: o Problema da Desigualdade.

Mais recentemente, o Banco Mundial publicou outro relatório, o Desenvolvimento Mundial 2006, enfocando as disparidades entre as nações.

– Neste último, o Brasil aparece em último lugar na América Latina no que tange a desigualdades. Repito: último lugar – ressaltou.

O senador frisou que o relatório do Banco Mundial, ao visar à redução das disparidades nos países em desenvolvimento, recomenda a elaboração de estratégias que ofereçam “oportunidades econômicas e políticas iguais”.



Maciel ressalta que o país é o mais desigual da América Latina, conforme relatório da ONU

Ele acrescentou que o documento aponta, ainda, a necessidade de investimento “nas pessoas”, por meio da ampliação do acesso a serviços de saúde e educação, entre outros.

Paim defende mudança no cálculo da aposentadoria

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu apoio a projeto de sua autoria que modifica a metodologia de cálculo dos benefícios da Previdência Social e do fator previdenciário. O senador também agradeceu parecer favorável apresentado por Mão Santa (PMDB-PI) na Comissão de Assuntos Sociais e explicou que a proposta (PLS 296/03) tem o objetivo de reparar uma injustiça cometida contra os trabalhadores no momento



Pelas regras atuais, “os beneficiários ficam mais pobres a cada ano”, afirma Paim

de sua aposentadoria.

Segundo Paim, a atual Lei de Benefícios da Previdência aplica, para fins de cálculo da aposentadoria, uma fórmula denominada fator previden-

ciário, que se baseia na alíquota de contribuição, na idade do trabalhador, no tempo de contribuição e na expectativa de sobrevivência do segurado, estimada a partir da tabela de mortalidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A estimativa sobre a expectativa de vida, observou, foi introduzida na fórmula para reduzir o déficit previdenciário.

– O que vemos hoje é uma brutal redução dos valores, tornando os beneficiários mais pobres ano a ano – lamentou o senador, que também contesta a ideia de que a Previdência é deficitária. O problema está, na sua opinião, no uso dos recursos para pagamento de dívidas do governo.



Segundo Ramez Tebet, a informalidade é o principal problema enfrentado pelo setor

Tebet lembra dia das pequenas empresas

O Dia da Micro e da Pequena Empresa foi lembrado ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que apontou a informalidade como o maior problema enfrentado pelo setor. Conforme revelou, duas de cada três empresas brasileiras não apresentam registro formal.

A desburocratização é outra iniciativa, segundo o senador, que pode auxiliar no crescimento do setor, que reúne mais de 4,6 milhões de empresas e responde por 20% do produto interno bruto (PIB).

Tebet elogiou a decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, de formar uma comissão para estudar mecanismos objetivando a desburocratização dos trabalhos da Casa.

Raupp quer a redução da informalidade

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu mais agilidade para aprovação dos projetos de lei da Pré-Empresa e da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que tramitam no Congresso. Ao registrar a passagem do Dia da Micro e Pequena Empresa, ele afirmou que a aprovação dessas matérias ajudará a reduzir a informalidade no setor.

– Relevante agora é, portanto, estabelecer como prioridade máxima políticas efetivas de incentivo à formalidade. Menos requisitos burocráticos e maior redução nos custos traduzem, com fidelidade, o espírito reivindicatório dos empresários – argumentou o parlamentar.